

Prestação de Contas Consolidadas

ANO 2022



VALSOUSA

Associação de Municípios do Vale do Sousa

Enquadramento Geral

As Demonstrações Consolidadas assumem um papel primordial da gestão das finanças públicas. A consolidação de contas surgiu como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada, pelas entidades que integram as Administrações Públicas, podendo ser definidos vários níveis de consolidação, combinando as entidades consolidadas com a entidade consolidante, em função das necessidades de informação.

Em 2020 entrou em vigor um novo modelo de implementação contabilística designado “Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP”, que define novas regras de consolidação, nomeadamente através da aplicação da NCP 22- Demonstrações Financeiras consolidadas.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que são obrigadas a apresentar, as entidades associativas municipais passaram, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo em que se enquadram.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local permite melhorar a informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

Disposições Legais

No n.º 1, artigo 75º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais prevê-se que «Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas».

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 8) que «Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo.»

Foi, publicado o DL nº 192/2015 de 11 de setembro, que veio no art.º 7º estabelecer o perímetro de consolidação das contas e definir as regras de Consolidação através das Normas de Contabilidade Pública (NPC).

1. Definições

Entidade mãe ou entidade consolidante ou entidade que controla:

É a entidade associativa que controla uma ou mais entidades.

Entidade controlada

É uma entidade que é controlada por outra entidade.

Perímetro de consolidação:

Abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações financeiras consolidadas

São as demonstrações financeiras de um grupo público em que os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das suas entidades controladas são apresentadas como se de uma única entidade se tratasse, o Grupo Público.

Grupo Público

Consiste na entidade que controla e as entidades controladas. Um grupo público pode incluir entidades com objetivos sociais e outras com objetivos económicos.

Diferenças de consolidação:

São as diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo-se decompor em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

Método de Consolidação

Este método consiste na integração no Balanço e na Demonstração de Resultados, da entidade consolidante dos elementos respectivos do Balanço e das Demonstrações dos Resultados das entidades consolidadas.

Haverá lugar à eliminação dos investimentos financeiros e ao apuramento das diferenças de consolidação.

2. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do Capital Detido em 2022	Obs.
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Praça D. António Meireles nº 45, 4620-130 - Lousada	Atividades nas seguintes áreas: Promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental; Conceção e execução de projetos de valorização dos recursos do Vale do Sousa; Proteção e promoção do património histórico, cultural e turístico do Vale do Sousa e o Desenvolvimento da Sociedade do conhecimento no Vale do Sousa.			a)
AMBISOUSA, EIM	Avenida Sá e Melo nº 30 Cristelos, 4620-151 - Lousada	Exploração da atividade de recolha, transferência, tratamento e deposição de resíduos sólidos, de tratamento e rejeição de efluentes e de limpeza pública, na área abrangida pela AMVS.	AMVS	100,00%	b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, daqui em diante AMVS.

b) Entidade controlada a 100% pela Associação de Municípios do Vale do Sousa, daqui adiante AMBISOUSA

Em relação às entidades incluídas no perímetro da consolidação, apresenta-se de seguida o quadro com o número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício económico de 2022, repartido por categorias:

Entidade	Categoria	Nº Trabalhadores	Nº Trabalhadores
		Ano 2021	Ano 2022
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Total	23	22
	Dirigentes Superiores de 1º Grau	1	1
	Dirigentes Intermediários de 1º Grau	0	0
	Chefes de Equipa Multidisciplinar	2	2
	Técnicos Superiores	11	10
	Informático	2	2
	Assistentes Técnicos	3	3
	Assistentes Operacionais	4	4
AMBISOUSA, EIM	Total	131	127
	Administrador Executivo	1	1
	Responsável Departamento	4	4
	Engenheiro Ambiente	1	4
	Técnico Sup. Exploração e Valorização	1	4
	Encarregado	3	3
	Auxiliar de Encarregado/Sub-Encarregado	2	2
	Administrativos	4	4
	Jurista	1	1
	Contabilista Certificado	1	1
	Operadores de Triagem/Aterro/CVE/Assistente Operacional	91	81
	Assistentes técnicos	2	2
	Rececionista	1	1
	Manobradores	4	4
	Motoristas	13	13
	Chefes de equipa	2	2
Total Grupo		154	149

Não existem entidades excluídas de consolidação.

3. Demonstrações Financeiras consolidadas

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas compreende:

1. Um balanço consolidado;
2. Uma demonstração de resultados consolidados por natureza,
3. Uma demonstração das alterações no património líquido consolidado;
4. Uma demonstração de Fluxos de Caixa consolidado; e
5. Anexo às demonstrações Financeiras consolidadas.

1. Balanço Consolidado

1. Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente		18 279 643,86 €	11 746 800,92 €
Ativos fixos tangíveis	(5)	17 232 939,07 €	10 433 103,46 €
Ativos intangíveis	(3)	1 022 520,91 €	1 296 789,43 €
Participações financeiras	(18)	510,00 €	510,00 €
Outros Investimentos Financeiros	(23.1.1)	23 673,88 €	16 398,03 €
Ativo corrente		12 660 573,30 €	15 567 812,12 €
Inventários	(10)	188 747,08 €	125 755,80 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.1.2)	512 283,67 €	701 590,36 €
Clientes, contribuintes e utentes	(23.1.3)	3 051 766,49 €	4 213 026,79 €
Estado e Outros entes Públicos	(23.1.4)	93 248,94 €	1 836,44 €
Outras contas a receber	(23.1.5)	359 710,59 €	244 778,53 €
Diferimentos	(23.1.6)	39 129,60 €	83 924,86 €
Caixa e depósitos	(23.1.7)	8 415 686,93 €	10 196 899,34 €
Total Ativo		30 940 217,16 €	27 314 613,04 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		19 877 312,45 €	15 590 461,44 €
Património/Capital	(23.3)	7 238 131,62 €	7 238 131,62 €
Reservas	(23.3)	2 922 292,60 €	2 922 292,60 €
Resultados transitados	(23.3)	7 739 275,60 €	-2 191 975,13 €
Ajustamentos em ativos financeiros	(23.3)	0,00 €	5 413 807,05 €
Outras variações no património líquido	(23.3)	2 360 192,66 €	2 326 573,67 €
Resultado líquido do período		-382 580,03 €	-118 368,37 €
Total Património Líquido		19 877 312,45 €	15 590 461,44 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		4 927 397,22 €	6 635 036,98 €
Provisões	(15)	4 868 093,33 €	5 973 616,76 €
Passivos por impostos diferidos	(23.2.1)	0,00 €	588 732,33 €
Outras contas a pagar	(23.2.2)	59 303,89 €	72 687,89 €
Passivo corrente		6 135 507,49 €	5 089 114,63 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	(23.2.3)	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	(23.2.4)	1 375 037,27 €	1 257 626,85 €
Estado e outros entes públicos	(23.2.5)	60 579,35 €	56 065,28 €
Outras contas a pagar	(23.2.6)	4 699 890,87 €	3 775 422,50 €
Total Passivo		11 062 904,71 €	11 724 151,61 €
Total Património Líquido e Passivo		30 940 217,16 €	27 314 613,04 €

2. Demonstração de Resultados Consolidados por Natureza

2. Demonstração de Resultados por naturezas Consolidados do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Vendas	(23.4.1)	2 521 043,99 €	6 468 168,78 €
Prestações de serviços e concessões	(23.4.1)	3 380 059,75 €	71 942,75 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	(23.4.2)	2 799 510,39 €	2 807 666,04 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	(23.4.3)	0,00 €	1 000,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(10)	-690 382,13 €	-597 158,16 €
Fornecimentos e serviços externos	(23.4.4)	-4 264 815,69 €	-4 474 878,93 €
Gastos com pessoal	(18)	-3 144 855,28 €	-2 908 481,00 €
Transferências e subsídios concedidos	(23.4.5)	-39 342,56 €	-39 342,56 €
Provisões		148 786,00 €	-40 000,00 €
Outros rendimentos	(23.4.6)	626 147,77 €	835 666,86 €
Outros gastos	(23.4.7)	-231 448,93 €	-110 799,81 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 104 703,31 €	2 013 783,97 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(23.4.8)	-1 477 958,42 €	-2 108 066,19 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-373 255,11 €	-94 282,22 €
Juros e Gastos similares	(23.4.9)	-2,56 €	-0,61 €
Resultado antes de impostos		-373 257,67 €	-94 282,83 €
Impostos sobre o rendimento do período	(23.4.10)	-9 322,36 €	-24 085,54 €
Resultado líquido do período		-382 580,03 €	-118 368,37 €

3. Demonstração das alterações no património Líquido consolidado

3. Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido, em 31 de Dezembro de 2022

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Património Líquido
	Capital / Património Realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras Variações no património próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	-2 191 975,13	5 413 807,05	2 326 573,67	-118 368,37	15 590 461,44	15 590 461,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização e respectivas variações									
Ajustamentos por impostos diferidos									

Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	0,00	0,00	0,00	9 931 250,73	-5 413 807,05	33 618,99	0,00	4 551 062,67	4 551 062,67
2	0,00	0,00	0,00	9 931 250,73	-5 413 807,05	33 618,99	0,00	4 551 062,67	4 551 062,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3							-382 580,03	-382 580,03	-382 580,03
RESULTADO INTEGRAL n 4=2 + 3							-382 580,03	4 168 482,64	4 168 482,64
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital / Património									
Entradas para coberturas de perdas									
Outras operações							118 368,37	118 368,37	118 368,37
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118 368,37	118 368,37	118 368,37
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1 6=1+2+3+5	7 238 131,62	2 922 292,60	0,00	7 739 275,60	0,00	2 360 192,66	-382 580,03	19 877 312,45	19 877 312,45

4. Fluxos de caixa consolidado

4. Demonstração dos fluxos de caixa consolidadas do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Período	
	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	10 609 467,16€	8 458 379,87 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	2 859 373,97€	2 738 579,30 €
Pagamentos a fornecedores	(5 516 547,51) €	-5 175 971,66 €
Pagamentos ao pessoal	(2 873 905,05) €	-2 658 604,05 €
Pagamentos de transferências e subsídios	(39 342,56)	-46 711,32 €
Caixa gerada pelas operações	5 039 046,01	3 315 672,14 €
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento	(18 605,04)	86 536,30 €
Outros recebimentos/pagamentos	(2 866 965,15)	-1 062 771,47 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	2 153 475,82	2 339 436,97 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Investimentos financeiros	(8 912,17) €	
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	(8 930 621,38) €	-942 944,55 €
Pagamentos - Ativos intangíveis	(111 509,70) €	-35 641,76 €
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Transferências de capital	185 497,03 €	21 739,29 €
Juros e Rendimentos similares		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	(8 865 546,22) €	-956 847,02 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios e doações	18 843,94 €	15 181,00 €

Dividendos		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e Gastos Similares		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	18 843,94 €	15 181,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	(6 693 226,46) €	1 397 770,95 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10 196 899,34 €	8 452 519,61 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	8 415 686,93 €	10 196 899,34 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10 196 899,34 €	8 452 519,61 €
Saldo da gerência anterior (SGA)	506 490,29 €	8 452 519,61 €
SGA De execução orçamental		
SGA De operações de tesouraria		
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	8 415 686,93 €	10 196 899,34 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		
SGS De execução orçamental		
SGS De operações de tesouraria		

O perímetro de consolidação da Associação de Municípios abrange uma entidade de natureza empresarial que não está obrigada legalmente à elaboração de documentos previsionais e de prestação de contas de natureza orçamental em termos idênticos ao previsto no SNC-AP.

Tal situação dificulta a elaboração do referido Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais, pois a informação da Ambisousa, teria de ser preparada especificamente para esta finalidade, o que acarretaria elevados custos.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

As notas agora apresentadas seguem o estabelecido na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, no que se refere ao Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e sua sequência numérica. As notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se contudo o nº de ordem.

Outras Informações consideradas relevantes

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

- Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais da Ambisousa que concorre para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Relativamente à anulação do investimento financeiro, não foi apurada qualquer diferença de consolidação.

- Nas suas demonstrações financeiras individuais, a AMVS adota o método da equivalência patrimonial (MEP) para a valorização dos seus investimentos financeiros na AMBISOUSA, EIM.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se valorizados pelo método de custo de aquisição.

Informações relativas aos compromissos

- As responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, são as seguintes:

Grupo Autárquico			Ano 2022
Entidade	Beneficiário	Finalidade	Valor
1	2	3	4
AMBISOUSA, EIM	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 3/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 11/2006/INR	18 750,00
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Licença de exploração nº 01/2010/CCDRN	15 875,17
	CCDRN	Caucionar o bom e integral cumprimento das condições impostas na Renovação Licença de exploração nº 11/2006/INR	134 000,00
Total			187 375,17

Informações relativas às remunerações aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções

Grupo Autárquico				Ano: 2022	Observações
Designação				Unidade: Euro	
Situação na Entidade	Nome	Associação de Municípios do Vale do Sousa	AMBISOUSA, EIM	Total	Período de responsabilidade
Presidente	Nuno Alexandre Martins da Fonseca	a)		0,00	01.01.2022 a 31.11.2022
Vice-Presidente	José Duarte de Sousa e Rocha	a)		0,00	01.01.2022 a 31.11.2022
Membro	Pedro Daniel Machado Gomes	a)		0,00	01.01.2022 a 31.11.2022
Membro	Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito	a)		0,00	01.01.2022 a 31.11.2022
Membro	José Alexandre da Silva Almeida	a)		0,00	01.01.2022 a 31.12.2022
Membro	Antonino Aurélio Vieira de Sousa	a)		0,00	01.01.2022 a 31.12.2022
Presidente do Conselho de Administração	Antonino Aurélio Vieira de Sousa		a)	0,00	01.01.2022 a 31.12.2022
Vogal do Conselho de Administração	Nuno Alexandre Martins da Fonseca		a)	0,00	01.01.2022 a 31.12.2022
Vogal do Conselho de Administração	José Alexandre da Silva Almeida		a)	0,00	01.01.2022 a 31.12.2022
Total				0,00	

a) Não remunerado.

1– Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade que controla, período de relato

Designação	AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa
NIPC	502599189
Natureza	Entidade Pública
Endereço Postal	Praça D. António Meireles nº 45
Código Postal / Localidade	4620-130 LOUSADA
Telefone	255810700
Endereço de correio eletrónico:	valsousa@valsousa.pt
Sítio na internet:	www.valsousa.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ ou serviços de fiscalização	não

1.2 – Legislação

Regime Financeiro	Administração Local
Regime Jurídico	Associação Municípios Fins Específicos (Direito Público)
Código de Atividade Económica (CAE)	94110
Código da classificação Orgânica	084113 – Administração Local – Entidade Reclassificada
Tutela	Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública

A Valsousa foi constituída em 1989, no dia 15 de Julho, encontra-se sediada em Lousada e congrega as vontades dos seis Municípios associados: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Articuladamente intervém numa dimensão supramunicipal, em todas as áreas do desenvolvimento, estando institucionalmente capacitada para proceder a uma abordagem global e integrada das problemáticas inerentes ao território e à qualidade de vida das populações, podendo ainda viabilizar práticas de concertação, de negociação e de cooperação institucional, de forma a enquadrar e concretizar as políticas e os projetos que visam promover o desenvolvimento local, principalmente ao nível de acessibilidades, saneamento básico, turismo, fomento económico, educação, cultura, desporto e acção social.

Publicação dos estatutos no DR nº 88, III série de 15 de Abril de 1994, com alterações publicadas no DR nº 262, III série de 13 de Novembro de 2000.

1.3 – Participações da Entidades

A Associação de Municípios do Vale do Sousa detém a 100% uma empresa intermunicipal, denominada AMBISOUSA, EIM criada para tratamento e gestão de resíduos sólidos urbanos do Vale do Sousa.

1.4 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

- As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo em conta a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras de acordo com Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e a NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

- Sempre que o SNC-AP não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, é feita a integração de lacunas de acordo com o Artigo 13º do DL nº 192/2015 de 11 de setembro.
 - A transição de POCAL para SNC-AP teve alterações quer ao nível da apresentação, relacionadas com reclassificações em termos de plano de contas, dando cumprimento ao estabelecido no Anexo III do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, quer em termos de mensuração dos ativos e passivos.
 - As notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis, não obstante, a ordem numérica das mesmas mantém-se impreterivelmente.
 - A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental não foi aplicada uma vez que a entidade controlada aplica o SNC e como tal não tem de elaborar Demonstrações Orçamentais o que impede a consolidação.
 - A NCP 27 – Contabilidade de Gestão não foi aplicada uma vez que a Contabilidade de Gestão não foi ainda implementada.
 - Não há lugar a descentralização contabilística.
- Desagregação dos valores inscritos em Caixa e Depósitos:

Conta	Grupo
Caixa	127,30
Depósitos à ordem	5 851 255,74
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00
Depósitos bancários à Ordem	5 851 255,74
Depósitos a prazo	2 505 000,00
Depósitos consignados	0,00
Depósitos de garantias e cauções	59 303,89
TOTAL	8 415 686,93

O total dos montantes em caixa e depósitos, é de 8 415 686,93€. Dos montantes existentes em depósitos, 59.303,89€ não estão disponíveis para mobilização, correspondendo aos depósitos de Garantias e Cauções prestadas pelos fornecedores resultante de uma imposição legal para assegurar a proteção da entidade perante o incumprimento do contrato. O montante de 5.851.255,74€ corresponde aos valores de depósitos à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis. Existem 2.505.000,00€ em depósitos a prazo. O valor em caixa é residual e de 127,30€.

Em relação ao período homologado existe uma diminuição de 17,47% no valor de Caixas e Depósitos.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas de acordo com a NCP em toda a sua extensão.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, 31 de dezembro de 2022, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos

subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos financeiros;
- c) Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados;
- d) Reconhecimento do rendimento associado às taxas;
- e) Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados.

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta os princípios da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto no SNC-AP, as políticas contabilísticas adotadas foram as seguintes:

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para uso administrativo. Espera-se que estes bens com substância física sejam usados por mais de um período de relato. São exemplos de Ativos Fixos (quer de domínio público, quer de domínio privado) o Equipamento militar, Infraestruturas, bens do património histórico.

O Tratamento contabilístico aos ativos fixos tangíveis está definido na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta Norma define o âmbito da aplicação, o reconhecimento, a mensuração no reconhecimento, a mensuração do custo a mensuração subsequente e o desreconhecimento.

Os ativos fixos tangíveis da Valsousa, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os Ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com as taxas do Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas uteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento, que substituiu a Portaria nº 671/200, de 17 de Abril, que aprovou o CIBE.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, utilizando o método da linha reta, sendo as seguintes as taxas médias

Ativos Fixos Tangíveis	Anos de Vida Útil	Taxas
Edifícios e Outras Construções	Entre 5 e 80 anos	1,25% a 20%
Equipamento Transporte	8 anos	12,50%

Equipamento Administrativo	Entre 3 e 5 anos	20% a 33,33%
Equipamento Básico	Entre 8 e 20 anos	5%-12,5%
Outros Ativos Fixos	Entre 3 e 20 anos	12,5% a 12,5%

Ativos Intangíveis

O tratamento contabilístico a dar aos ativos fixos intangíveis, vem prescrito na NCP 3 – Ativos Intangíveis. Existem Ativos Intangíveis aos quais poderão ter de ser aplicadas outras normas que não a NCP3, tal como os referidos no parágrafo 3º do nº 2 da NCP3.

No caso do Grupo Público os ativos intangíveis referem-se aos custos incorridos com aquisição de software e à selagem dos aterros.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta. As taxas de amortização são as definidas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Inventários

Aos inventários aplica-se a NCP 10 - Inventários.

No caso do Grupo Público, os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando o custo médio como método de custeio. O custo dos inventários inclui os custos de compra. Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição procede-se à redução do valor dos inventários e são constituídas perdas por imparidade.

Participações Financeiras

O Grupo Público detém uma participação financeira, 10% na empresa Pan-Eco.

A esta participação é aplicada a NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros só são reconhecidos quando se tornam uma parte contratual do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- Outras Contas a receber – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidades acumuladas, de forma a refletir o seu valor realizável à data de relato.
- Fornecedores e Outras Contas a pagar – Encontram-se mensuradas pelo método do custo. São registadas pelo seu valor nominal.
- Caixa e depósitos bancários – Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.
- Estado e Outros Entes Públicos – Os saldos ativos e passivos são apurados com base na legislação em vigor.
- Diferimentos Ativos e Passivos – esta rubrica contempla as transações e acontecimentos relativamente aos quais devam ser reconhecidos nos resultados em períodos futuros e não no período em que ocorrem.

- Rubricas do património – São classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Transferências e subsídios - Reconhecimento

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições a ele associadas; e
- O mesmo será recebido. Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Rendimento - Transações sem contraprestação

Ao reconhecimento e mensuração do rendimento das transações sem contraprestação são aplicados a NCP – 14 – Rendimento de Transações sem contraprestação

O Grupo Público, reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação é inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição.

Os rendimentos sem contraprestação do Grupo Público resultam das transferências (Correntes e capital) associadas a projetos co-financiados.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem os salários, o Subsídio de refeição, as contribuições para a Segurança Social (SS) e para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), as férias, subsídio de férias e Natal e faltas por doença pagas e as horas extraordinárias.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gastos no período.

Especialização de exercícios

O Grupo Público regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, isto é são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC-AP, são utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam os montantes reportados nos valores do ativo e passivo, bem como dos rendimentos e gastos.

As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência de eventos passados, no melhor conhecimento existente à data de relato e de expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis.

As alterações às estimativas posteriores à data da elaboração das demonstrações financeiras serão corrigidas posteriormente. Assim os efeitos reais das transações em questão poderão ser diferentes das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis - A vida útil de um ativo, esta associada ao seu uso e deve ser revista no final de cada ano.
- Análise das imparidades de ativos financeiros - Deverá ser analisada os saldos das contas a receber a cada data de relato e ajustadas pela avaliação dos riscos estimados de cobrança.
- Estimativa de férias e subsídio de férias - Este valor é calculado tendo em conta as tabelas de remuneração existentes à data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e tendo em conta o nº de funcionários existente.
- Especialização das taxas de execução dos projetos co-financiados - Nem sempre a execução do projeto corresponde ao aprovado, pelo que pode ser necessário ajustar as respetivas taxas bem como o reconhecimento do rendimento.

3. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, amortização acumulada e perdas por imparidade no início e final do período estão refletidas nos seguintes mapas:

Quadro 3.1 - Ativos Intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidades	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amort. Acumuladas	Perdas por imparidade des acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								

Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	146 954,59	72 752,35		74 202,24	238 291,46	119 493,32		118 798,14
Propriedade industrial e intelectual								
Outros	3 741 681,30	2 519 094,11		1 222 587,19	1 222 587,19	318 864,42		903 722,77
Ativos intangíveis em curso								
Total	3 888 635,89	2 591 846,46	0,00	1 296 789,43	1 460 878,65	438 357,74		1 022 520,91

Quadro 3.2 - Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. internas à entidade	Ver.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparida des	Amortizaçõe s do Período	Diferença s cambiais	Diminui .	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+....+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico,										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	74 202,24	91 509,70					-46 913,10			118 798,84
Propriedade industrial e intelectual										
Outros	1 222 587,19	0,00					-318 865,12			903 722,07
Ativos intangíveis em curso										
Total	1 296 789,43	59 291,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-365 778,22	0,00	0,00	1 022 520,91

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - adições

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação, Herança, legado...	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+....+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		91 509,70								91 509,70
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	0,00	91 509,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91 509,70

5 – Ativos Fixos Tangíveis
Quadro 5.1 - Ativos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Dep. Acum	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	522 010,30			522 010,30	2 788 826,81	0,00		2 788 826,81
Edifícios e outras construções	17 565 218,15	11 789 228,55		5 775 989,60	17 553 218,15	12 968 371,87		4 584 846,28
Equipamento básico	7 166 700,33	5 087 916,12		2 078 784,21	7 241 500,33	5 320 994,68		1 920 505,65
Equipamento de transporte	2 741 193,40	1 343 330,79		1 397 862,61	3 086 193,40	1 731 219,15		1 354 974,25
Equipamento administrativo	1 211 696,32	1 132 475,70		79 220,62	1 160 548,43	1 097 668,80		62 879,63
Equipamentos biológicos				0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	4 653 740,59	4 128 029,47		525 711,12	4 720 921,65	3 778 925,72		941 995,93
Ativos fixos tangíveis em curso	53 525,00	0,00		53 525,00	5 578 910,52	0,00		5 578 910,52
Total	33 914 084,09	23 480 980,63	0,00	10 433 103,46	42 130 119,29	24 897 180,22	0,00	17 232 939,07

Quadro 5.2 - Ativos Tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							
		Adições	Transferências internas à entidade	Ve r.	Reversões de Perdas por imparidades	Perdas por imparidades	Depreciações do Período	Dif.	Diminuições
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	522 010,30	0,00	2 266 816,51						-543 713,76
Edifícios e outras construções	5 775 989,60	0,00					-148 656,60		-4 466,60
Equipamento básico	2 078 784,21	74 800,00					-409 928,83		-93 752,69
Equipamento de transporte	1 397 862,61	345 000,00					-251 409,73		1 117,28
Equipamento administrativo	79 220,62	13 148,47					-29 456,08		255 598,11
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00		
Outros	525 711,12	71 400,00	-26,00				-272 020,00		
Ativos fixos tangíveis em curso	53 525,00	7 792 202,03	-2 266 816,51						
Total	10 433 103,46	8 296 550,50	-26,00				-1 111 471,24		-385 217,66

Quadro 5.2A - Ativos Tangíveis - adições

Rubricas	Adições								
	Internas	Compra	Cessão	Transferências ou troca	Doação, Herança, legado...	Doação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais		0,00		2 266 816,51					

Edifícios e outras construções	0,00	0,00						0,00
Equipamento básico	74 800,00	0,00						74 800,00
Equipamento de transporte	345 000,00	0,00						345 000,00
Equipamento administrativo	13 148,47	0,00						13 148,47
Equipamentos biológicos	0,00	0,00						0,00
Outros	71 400,00	-26,00						71 374,00
Ativos fixos tangíveis em curso	7 792 202,03	-2 266 816,51						5 525 385,52
Total	8 296 550,50	-26,00						8 296 524,50

O aumento da quantia escriturada em 2022 foi de 8.296.550,50€ e diz respeito à aquisição/construção de Edifícios em curso, e diversos equipamentos.

10. Inventários

As quantias escrituradas de inventários encontram-se no quadro seguinte:

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Mercadorias	91 110,48		91 110,48
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	97 636,60		97 636,60
Produtos acabados e intermédios			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00
Total	188 747,08	0,00	188 747,08

Quadro 10.1 - Inventários - Movimentos do período

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período							
		Compras Líquidas	Consumos/g astos	Variações no Inventário	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de	Quantia Escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)++(8)
Mercadorias	76 282,05	8 240,00	-3 316,78						81 205,27
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49 473,75	745 133,41	-687 065,35						107 541,81
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
Total	125 755,80	753 373,41	-690 382,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188 747,08

As quantias de inventários reconhecidas como gastos a 31 de dezembro foi de:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências Iniciais	76 282,05	49 473,75	125 755,80
Compras	8 240,00	745 133,41	753 373,41
Regularização de Existências			0,00
Existências Finais	81 205,27	107 541,81	188 747,08
Custos no exercício	3 316,78 €	687 065,35 €	690 382,13 €

Não existem imparidades registadas em inventários.

13. Rendimentos de transações com contraprestações

Quadro 13. Rendimento de transação com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestações	Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
	(1)	(2)
Venda de bens	2 521 043,99	
Prestações de Serviços	3 380 059,75	
Juros, Royalties e Dividendos	0,00	
Royalties	0,00	
Dividendos ou distribuições similares	0,00	
Outros	0,00	
Total	5 901 103,74	0,00

Os rendimentos obtidos de transações com contraprestação resultam essencialmente da venda de bens e prestação de serviços realizadas pelo Grupo Público.

14. Rendimentos de transações sem contraprestações

Os rendimentos de transações sem contraprestações recebidos à data de 31 de dezembro tinham a seguinte composição:

Quadro 14. Rendimento de transação sem contraprestações

Tipo de transação sem contraprestações	Rendimento do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subs. de saúde					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condições	2 543 355,28				
Subsídios com condição	256 155,11				
Legados, ofertas e doações					
Outros					
Total	2 799 510,39	0,00	0,00	0,00	0,00

As transferências no montante de 2.799.510,39€ correspondem a rendimentos transferidos pela Administração Local no montante de 2.543.355,28€ (Rendimentos sem condições) e 256.155,11€ de Fundos Europeus: FEDER e Fundo Coesão (Transferências com Condições).

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15. Provisões

Provisão	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Quantia escriturada Final				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia da Quantia Escr	Outros aumentos	Total Aumentos	Utilizadores	Reversões	Outras diminuições	Total Diminuições	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=3+4+5	(7)	(8)	(9)	(10)=7+8+9	(11)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais	5 784 830,76			85 385,24	85 385,24			1 042 122,67	1 042 122,67	4 828 093,33
Contratos Onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	188 786,00							148 786,00	148 786,00	40 000,00
Total	5 973 616,76			85 385,24	85 385,24			1 190 908,67	1 190 908,67	4 868 093,33

As provisões registadas referem-se, na sua maioria, às responsabilidades com o encerramento dos aterros. Não existem outros passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, para além das quantias apresentadas nas contas Provisões.

Encontra-se refletida nas contas de provisão a quantia total descontada da provisão que será necessária para cobrir todos os dispêndios a longo prazo. Em 2022, reverteu-se o montante do desconto relativo ao período de 2022.

O montante das Outras diminuições de 148.786,00€ resultou da anulação da provisão constituída em 2017, uma vez que foi ultrapassado o prazo para a sua constituição.

Assim, em 31.12.2022 o montante total de provisões refletidas em balanço é de 4.868.093,33€.

A quantia não descontada do passivo de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelamento, bem como a taxa de desconto utilizada são os seguintes:

Provisão para Matérias Ambientais	Ano 2022	
	Lustosa	Rio Mau
Quantia não descontada do passivo de l.p ao restauro dos locais de encerramento e desmantelamento	3 761 172,00	2 042 323,00
Taxa de desconto	1,81%	1,81%
Valor do desconto	45 394,66	39 990,58
	3 725 683,35	2 099 137,99
Data estimada de encerramento dos aterros	31.12.2023	31.12.2023

17. Acontecimentos após a data de relato

Não existiram acontecimentos relevantes após a data de relato, e antes das demonstrações financeiras serem autorizadas que não estejam já registadas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

18. Instrumentos Financeiros

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada Final
		compras	Ganhos de Justo valor	Reversões de perdas por imp.	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade de	Outros	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de Resultados										0,00
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Participações financeiras - Justo valor	510,00									510,00
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado										0,00
Participações financeiras - Custo										0,00
Outros ativos financeiros	16 398,03	8 912,17							1 636,32	23 673,88
Total	16 908,03	8 912,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 636,32	24 183,88

19 – Benefícios dos empregados

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2022 o Grupo Público incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com Pessoal	Ano 2022
Remunerações do Pessoal	2 353 381,78 €
Encargos sobre remunerações	530 394,31 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	114 473,73 €
Outros Gastos	146 605,46 €
Outros encargos sociais	0,00 €
Total	3 144 855,28 €

O número de pessoas ao serviço do Grupo Público em 31 de Dezembro de 2022 era de 149.

20 – Divulgações de partes relacionadas

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades Controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
Pan-Eco Ambisousa – Energias Renováveis, Lda	Av. Sá e Melo nº 30, 4620-009 Lousada	10%		10%

23 – Outras Notas ao Anexo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Por se considerar relevantes divulgações adicionais às definidas e elencadas na NCP 1, para efeitos de melhor compreensão dos acontecimentos ocorridos durante o ano de 2021 sobre a posição financeira e o desempenho financeiro consolidado, procede-se às seguintes divulgações em complemento:

23.1 – Detalhe das contas do Balanço – Ativo

23.1.1 – Outros Investimentos Financeiros

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

23.1.1 - Ativo Não Corrente - Outros Investimentos Financeiros

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final a 31.12.2021
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	23 673,88	16 398,03
Total	23 673,88	16 398,03

23.1.2 – Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Terceiro	Designação	Saldo Final a 31.12.2022	Saldo Final a 31.12.2021	Variação	
				Absoluta	%
	Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	512 283,67	701 590,36	-189 306,69	-26,98%
	Administração Local	478 496,98	549 020,38	-70 523,40	-12,85%
	Associações de Municípios	42 588,32	32 428,32	10 160,00	31,33%
502	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	42 588,32	32 428,32	10 160,00	31,33%
	Municípios	435 908,66	516 592,06	-80 683,40	-15,62%
75	Município de Lousada	68 393,05	107 228,78	-38 835,73	-36,22%
109	Município de Felgueiras	115 921,18	92 806,99	23 114,19	24,91%
110	Município de Penafiel	25 123,29	53 526,17	-28 402,88	-53,06%
137	Município de Paredes	20 750,01	20 750,00	0,00	0,00%
156	Município de Paços de Ferreira	0,00	11 024,78	-11 024,78	-100,00%
436	Município de Amarante	0,00	328,76	-328,76	-100,00%
438	Município de Celorico de basto	187 062,74	192 854,60	-5 791,86	-3,00%
453	Município de Castelo de Paiva	18 658,39	36 429,53	-17 771,14	-48,78%
470	Município de Resende	0,00	1 642,45	-1 642,45	-100,00%
0	Fundos Comunitários	33 786,69	152 569,98	-118 783,29	-77,85%
1102	AD&C	33 786,69	152 569,98	-118 783,29	-77,85%

O montante a receber à data de 31 de dezembro de 2022 é de 512.283,67€. Deste montante de dívidas ao Grupo Público 435.908,66€ correspondem aos Municípios e 33.786,69€ a transferências de Fundos Comunitários. Os restantes 42.588,32€ refere-se à dívida da CIMTS. Este montante corresponde a uma diminuição de 26,98% em relação ao ano anterior.

23.1.3 – Clientes, Contribuintes e utentes

Designação	Saldo Final a 31.12.2022	Saldo Final a 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Clientes, contribuintes e utentes	3 051 766,51	4 213 026,79	-1 161 260,28	-27,56%
Clientes c/c	3 051 766,51	4 213 026,79	-1 161 260,28	-27,56%
Realizável até 12 meses	3 051 766,51	4 213 026,79	-1 161 260,28	-27,56%

O valor em dívida de clientes a 31.12.2022 é de 3.051.766,51€ e corresponde, num valor residual a vendas de produtos de merchandising da Rota do Românico e o restante de clientes do mercado nacional aos quais são prestados serviços, cerca de 80% aos Municípios. Em relação a 2021, houve um decréscimo de 27,56% a que corresponde a menos 1.161.260,28€ em termos absolutos.

23.1.4– Estado e Outros entes Públicos

Saldos a Receber

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final a 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Imposto s/ rendimento	8 622,71	0,00	8 622,71	100,00%
Imposto sobre o valor acrescentado	84 626,23	1 836,44	82 789,79	4508,17%
Total	93 248,94	1 836,44	91 412,50	4977,70%

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro, sendo que em 2022, o aumento no montante do IVA a receber do estado, é fruto essencialmente do processo inflacionário, que teve efeitos diretos no IVA.

23.1.5 – Outras contas a receber

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Outras Contas a Receber	359 710,47	244 778,53	114 931,94	46,95%
Devedores por acréscimos de rendimentos	246 724,39	240 456,87	6 267,52	2,61%
Outros acréscimos de rendimentos	246 724,39	240 456,87	6 267,52	2,61%
Outros devedores e credores	112 986,08	4 321,66	108 664,42	2514,41%
Outras entidades	112 986,08	4 321,66	108 664,42	2514,41%

O montante das outras contas a receber de 359.710,47€ corresponde ao montante dos outros acréscimos de rendimentos, resultante da regularização de um rendimento já reconhecido nos anos anteriores cujo recebimento ocorreu em 2022 e de outros devedores, no montante de 112.986,08€. O valor das Outras contas a receber aumentou em 46,95% de 2021 para 2022.

23.1.6 – Diferimentos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Diferimentos	39 129,60	83 924,86	-44 795,26	-53,38%
Gastos a reconhecer	39 129,60	83 924,86	-44 795,26	-53,38%
Seguros	35 046,83	80 297,69	-45 250,86	-56,35%
Outros	4 082,77	3 627,17	455,60	12,56%

Os gastos a reconhecer referem-se, maioritariamente aos valores de seguros.

23.1.7 – Caixa e Depósitos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	8 415 686,93	10 196 899,34	-1 781 212,41	-17,47%
Caixa	127,30	190,93	-63,63	-33,33%
Caixa A - Sede	27,30	90,93	-63,63	-69,98%
Caixa B - Penafiel	100,00	100,00	0,00	0,00%
Depósitos à ordem	5 851 255,74	7 624 020,52	-1 772 764,78	-23,25%
Depósitos bancários à Ordem	5 851 255,74	7 624 020,52	-1 772 764,78	-23,25%
Caixa Geral de Depósitos	437 781,63	604 799,29	-167 017,66	-27,62%
Novo Banco	4 084 460,68	5 690 208,03	-1 605 747,35	-28,22%
Banco Totta & Açores	2,23	2,23	0,00	0,00%
Caixa de Crédito Agrícola	1 329 011,20	1 329 010,97	0,23	0,00%
Outros Depósitos	2 564 303,89	2 572 687,89	-8 384,00	-0,33%
Depósitos bancários a prazo	2 500 000,00	2 500 000,00	0,00	0,00%
Caixa de Crédito Agrícola	2 500 000,00	2 500 000,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros	5 000,00		5 000,00	100,00%
Banco BES	5 000,00		5 000,00	
Depósitos de garantias e cauções	59 303,89	72 687,89	-13 384,00	-18,41%

Os Meios financeiros líquidos, do Grupo Público, diminuíram em cerca de 17,47% de 2021 para 2022 o que se traduz em menos 1.781.212,41€.

23.2 – Detalhe das contas do Balanço – Passivo

23.2.1 - Passivo por impostos diferidos

Passivos por impostos diferidos	Saldo Inicial	Recebimento	Reversão	Saldo Final
Candidatura Plataforma	-1,58	0,00	0,00	-1,58
Reformulação centro triagem	550 703,07	74 707,74	78 539,64	546 871,17
Ecocentro moveis	55 404,38	863,38	8 334,54	47 933,22
Candidatura Porta-a-porta	-17 373,54	36 646,94	8 145,32	11 128,08
Central de Valorização Orgânica	0,00	919 610,25	0,00	919 610,25
Total	588 732,33	1 031 828,31	95 019,50	1 525 541,14

23.2.2 – Outras Contas a pagar – Passivo não corrente

O montante de outras contas a pagar refere-se às cauções existentes e por liberar no montante de 59.303,89€ à data de 31.12.2022 e por fornecedor:

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Cauções	59 303,89	72 687,89	-13 384,00	-18,41%
Recebidas de terceiros	59 303,89	72 687,89	-13 384,00	-18,41%
Exigível a mais de 12 meses	59 303,89	72 687,89	-13 384,00	-18,41%
Lusocol - Sociedade Lusa de Construções, Lda	1 082,30	1 082,30	0,00	0,00%
Augusto de Oliveira Ferreira & Cª, Lda	5 944,47	5 944,47	0,00	0,00%
Lopes & Pinho - Soc. De Construções, Lda	1 528,65	1 528,65	0,00	0,00%
Edilages – Engenharia e Construção, SA	28 741,57	34 340,73	-5 599,16	-16,30%
Polisproeza – Engenharia e Construção, LDA	11 141,35	11 141,35	0,00	0,00%
Nico D'Obra Eng. e Construções, Lda	2 404,00	2 404,00	0,00	0,00%
Solidium, A.C.E	1 233,98	0,00	1 233,98	100,00%
Miguel Rocha & Rocha, Lda	0,00	9 018,82	-9 018,82	-100,00%
Irreverentacesso, LDA.	7 227,57	7 227,57	0,00	0,00%

23.2.3 - Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No final de 2022, não existem dívidas a credores por transferências e Subsídios não reembolsáveis no Grupo Público.

23.2.4 – Fornecedores

O montante da dívida do Grupo Público a diversos fornecedores a 31 de dezembro de 2022 é de 1.375.037,27€ e corresponde a um aumento de 9,34% em comparação com o ano de 2021, o que em termos absolutos corresponde a mais 117.410,42€.

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Fornecedores	1 375 037,27	1 257 626,85	117 410,42	9,34%
Fornecedores c/c	1 375 037,27	1 257 626,85	117 410,42	9,34%
Exigível até 12 meses	1 375 037,27	1 257 626,85	117 410,42	9,34%

23.2.5 – Estado e Outros entes Públicos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	60 579,35	53 949,33	6 630,02	12,29%
Retenção de impostos sobre rendimentos	11 129,26	11 129,26		0,00%
IRS	11 129,26	11 129,26		100,00%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	49 450,09	42 820,07	6 630,02	15,48%
Sistemas de proteção social	6 630,02	0,00	6 630,02	100,00%
Parte do trabalhador	2 098,69	0,00	2 098,69	100,00%

Segurança Social - Regime Geral	2 098,69	0,00	2 098,69	100,00%
Parte patronal	4 531,33	0,00	4 531,33	100,00%
Segurança Social - Regime Geral	47 351,40	42 820,07	4 531,33	10,58%

As dívidas ao estado no montante de 60.579,35€ referem-se a retenções efetuadas nos pagamentos de descontos da entidade e do trabalhador referente ao mês de Dezembro, que apenas podem ser pagos no mês seguinte.

23.2.6 – Outras contas a pagar – Passivo Corrente

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Credores por acréscimos de gastos	4 699 890,87	3 775 422,50	924 468,37	24,49%
Remunerações a Liquidar	383 091,25	381 869,92	1 221,33	0,32%
Outros acréscimos de gastos	4 316 799,62	3 393 552,58	923 247,04	27,21%
Outras entidades	4 056 770,99	3 183 027,11	873 743,88	27,45%

As outras contas a pagar referem-se ao pagamento das remunerações de férias e estimativas de férias que ocorre em 2023, mas cujo custo deve ser reconhecido em 2022. No montante de 383.091,25€ e o restante a credores diversos, nomeadamente Projeto “Tampinhas e Embalagens”; Autoridade Nacional de Resíduos; Fornecedores de investimentos, Fundo Ambiental e ainda outros credores diversos.

23.3 – Análise às Contas do Património Líquido

O total do Património Líquido da Valsousa à data de 31 de dezembro de 2022 é de 19.877.312,45€ e está decomposto da seguinte forma:

Descrição	Saldo Final 2022	Saldo Final 2021
51 - Património	7 238 131,62	7 238 131,62
55 - Reservas	2 922 292,60	2 922 292,60
56 - Resultados transitados	7 739 275,60	-2 191 975,13
57 - Ajustamentos em Ativos Financeiros	0,00	5 413 807,05
59 - Outras Variações no património Líquido	2 360 192,66	2 326 573,67
Resultados Líquidos	-382 580,03	-118 368,37
Total	19 877 312,45 €	15 590 461,44

- Património – 7.238.131,62€ corresponde ao balanceamento de abertura resultante da aplicação pela primeira vez do POCAL.

- Reservas – 2.922.292,60€. Esta conta é constituída pelas Reservas Legais (562.317,66€) e pelas Reservas livres (2.359.974,94€).

- Resultados transitados - 7.739.275,60€ corresponde ao saldo da conta de resultados de anos anteriores e da Reclassificação de ajustamentos em Ativos Financeiros.

- Ajustamentos em Ativos Financeiros – 0,00 resulta da Reclassificação para resultados transitados.

- Outras variações no património Líquido – 2.360.192,66€ resultam da regularização às contas de transferências e subsídios de capital e das doações.

23.4 – Detalhe das Contas de Demonstração de Resultados

23.4.1 – Vendas e prestações de serviços

O total das vendas e prestações de serviços do Grupo Público ocorridas durante o ano de 2022 foi de 5.901.103,74€. Houve uma diminuição de 9,87% a que corresponde menos 582.441,04€. Esta diminuição é justificada pela diminuição da venda de energia elétrica resultante da impossibilidade de abertura de poços de biogás, devido à selagem dos aterros e da diminuição do material recolhido e enviado para as estações de triagem.

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Absoluta	%
Vendas	2 521 043,99	2 753 012,06	-231 968,07	-8,43%
Prestações de serviços	3 380 059,75	3 730 532,72	-350 472,97	-9,39%
Total	5 901 103,74	6 483 544,78	-582 441,04	-9,87%

23.4.2 – Transferências e subsídios correntes obtidos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Transferências correntes	2 799 510,39 €	2 807 666,04 €	-8 155,65	-0,29%
Administrações Públicas	2 543 355,28 €	2 459 964,67 €	83 390,61	3,39%
Administração Local	2 543 355,28 €	2 459 964,67 €	83 390,61	3,39%
Associações de Municípios	42 588,32 €	11 814,00 €	30 774,32	260,49%
Municípios	2 500 766,96 €	2 448 150,67 €	52 616,29	2,15%
Município de Castelo de Paiva	93 862,44 €	95 398,32 €	-1 535,88	-1,61%
Município de Felgueiras	1 256 472,53 €	1 256 392,94 €	79,59	0,01%
Município de Lousada	677 453,35 €	582 355,81 €	95 097,54	16,33%
Município de Paços de Ferreira	111 361,08 €	124 344,48 €	-12 983,40	-10,44%
Município de Paredes	122 866,08 €	127 617,48 €	-4 751,40	-3,72%
Município de Penafiel	112 846,08 €	115 809,48 €	-2 963,40	-2,56%
Outros Municípios	125 905,40 €	146 232,16 €	-20 326,76	-13,90%
Resto do Mundo	256 155,11 €	347 701,37 €	-91 546,26	-26,33%

O montante de transferências e Subsídios correntes obtidos, de 2.799.510,39€ correspondem ao valor das quotas, para funcionamento, para a RR, para o VSD e Juntas de Freguesia, emitidas, aos Municípios (2.543.355,28€), à CIMTS (42.588,32€) e de financiamento em projetos cofinanciados (256.155,11€) cujos rendimentos foram reconhecidos em 2022. Traduz-se numa diminuição de 0,29%.

23.4.3 - Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

O saldo é nulo, resultante dos ajustamentos efetuados.

23.4.4 – Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica no montante de 4.264.815,69€, decompõe-se da seguinte forma:

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Fornecimentos e serviços externos	4 264 815,69 €	4 474 878,93 €	-210 063,24	-4,69%
Trabalhos especializados	1 246 248,51 €	1 249 161,94 €	-2 913,43	-0,23%
Publicidade e propaganda	89 548,89 €	153 191,09 €	-63 642,20	-41,54%
Vigilância e segurança	149 414,01 €	147 359,42 €	2 054,59	1,39%
Honorários	7 700,00 €	7 918,80 €	-218,80	-2,76%
Conservação e reparação	525 791,83 €	585 545,13 €	-59 753,30	-10,20%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00 €	9 132,19 €	-9 132,19	-100,00%
Livros e documentação técnica	18,70 €	0,00 €	18,70	100,00%
Material de escritório	1 252,99 €	4 008,04 €	-2 755,05	-68,74%
Artigos para oferta	60,00 €	39 310,69 €	-39 250,69	-99,85%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	357,00 €	563,90 €	-206,90	-36,69%
Outros materiais diversos de consumo	64 899,72 €	2 062,44 €	62 837,28	3046,74%
Eletricidade	91 811,95 €	118 379,81 €	-26 567,86	-22,44%
Combustíveis e lubrificantes	7 026,09 €	8 145,72 €	-1 119,63	-13,75%
Água	1 621,05 €	4 292,94 €	-2 671,89	-62,24%
Outros fluídos	0,00 €	3 674,52 €	-3 674,52	-100,00%
Deslocações e estadas	2 181,00 €	1 724,00 €	457,00	26,51%
Transportes de pessoal	1 196,42 €	2 474,00 €	-1 277,58	-51,64%
Rendas e Alugueres	38 432,14 €	48 232,39 €	-9 800,25	-20,32%
Comunicação	92 163,63 €	110 017,03 €	-17 853,40	-16,23%
Seguros	105 648,16 €	150 088,34 €	-44 440,18	-29,61%
Limpeza, higiene e conforto	11 078,50 €	32 393,19 €	-21 314,69	-65,80%
Outros serviços	1 828 365,10 €	1 797 203,35 €	31 161,75	1,73%

Denote-se uma diminuição de 4,69% no montante dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação ao ano de 2021, sendo a componente referente a “Outros materiais diversos de consumos” as que apresentam maiores aumentos percentuais, quer absolutos e as “Ferramentas e utensílios de desgaste rápido” e “Outros Fluídos” o maior decréscimo em termos percentuais, sendo as rubricas “Publicidade e propaganda” e “Conservação e reparação” as que mais diminuíram em termos absolutos.

23.4.5 – Transferências e Subsídios concedidos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Transferências e subsídios concedidos	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Transferências correntes concedidas	39 342,56 €	39 342,56 €	0,00	0,00%
Administração Local	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Freguesias	30 562,56 €	30 562,56 €	0,00	0,00%
Outros setores institucionais	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	8 780,00 €	8 780,00 €	0,00	0,00%

Durante o ano de 2022 o Grupo Público reconheceu como gasto o montante de subsídios correntes concedidos de 39.342,56€, afetos às juntas de Freguesia, para cumprimento dos protocolos existentes

com as Juntas de Rio Mau, Sebolido e Lustosa, pela utilização dos aterros e o reconhecimento do gasto com o pagamento das quotas de associado à Transromânica e Turismo do Porto e Norte. Mantém desta forma os mesmos montantes do ano anterior.

23.4.6 – Outros Rendimentos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Correções relativas a períodos anteriores	26 838,10 €	80 980,73 €	-54 142,63	-66,86%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	545 463,05 €	748 202,17 €	-202 739,12	-27,10%
Outros não especificados	53 846,62 €	4 229,21 €	49 617,41	1173,21%
Total	626 147,77 €	835 666,86 €	-209 519,09	-25,07%

O valor dos outros rendimentos no montante de 626.147,77€ é justificado essencialmente pela especialização referente aos subsídios de investimento de bens financiados, de correções relativas a períodos anteriores derivada do excesso de estimativa de férias e subsídio de férias.

23.4.7 – Outros gastos

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Impostos	54 565,48 €	0,00 €	54 565,48	100,00%
Gastos em investimentos não financeiros	291,46 €	0,00 €	291,46	100,00%
Outros	176 591,99 €	110 799,81 €	65 792,18	59,38%
Correções relativas a períodos anteriores	46 041,00 €	10 518,09 €	35 522,91	337,73%
Outros não especificados	130 550,99 €	100 281,72 €	30 269,27	30,18%
Total	231 448,93 €	110 799,81 €	120 649,12	108,89%

O valor de outros gastos no montante de 231.448,93€ resulta do aumento do reconhecimento de gastos de correções relativas a períodos anteriores e outros não especificados, e do aumento do pagamento de impostos, quotizações e atualização da provisão. O valor dos “Outros gastos” apresenta um aumento de cerca de 108,89% quando comparado com o ano anterior, a que corresponde 120.649,12€.

23.4.8 – Gastos/Reversões de depreciações e amortizações

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Edifícios E O. Construções - Outros	389 891,17	368 789,34	21 101,83	5,72%
Equipamento de Transporte - Outros	550 822,73	406 931,29	143 891,44	35,36%
Equipamento Básico	416 015,94	244 222,11	171 793,83	70,34%
Equipamento administrativo	16 708,73	26 030,28	-9 321,55	-35,81%
Outros Ativos Fixos Tangíveis - Outros	-173 613,78	305 293,97	-478 907,75	-156,87%
Programas de computador e sistemas de informação	26 367,59	756 799,21	-730 431,62	-96,52%
Selagem Aterros	251 766,04		251 766,04	100,00%
Total	1 477 958,42	2 108 066,19	-630 107,77	-29,89%

23.4.9 – Juros e Gastos similares

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Juros de Mora	2,56	0,61	1,95	319,67%

23.4.10 – Impostos sobre o rendimento do período

Designação	Saldo Final 31.12.2022	Saldo Final 31.12.2021	Variação	
			Absoluta	%
Imposto Corrente	9 322,36	24 085,54	-14 763,18	-61,29%

24 - Indicadores Económico- financeiros

Tendo em conta as demonstrações financeiras consolidadas, é feita uma breve análise aos principais indicadores de gestão, nomeadamente os indicadores económico-financeiros. Como tal, são utilizados rácios, que estabelecem relações entre contas e agrupamento de contas, permitindo desta forma uma visão global da situação económico-financeira do Grupo autárquico. Apesar das limitações, os rácios são uma ferramenta de análise muito utilizada, devido à facilidade e rapidez na sua construção e análise.

Em complemento às demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros:

Dimensão	Indicador	2022	2021
Liquidez	Liquidez Geral	2,04	3,04
	Liquidez reduzida	2,03	3,03
	Liquidez Imediata	1,37	2,00

Os rácios de liquidez avaliam a capacidade do Grupo Público para gerar meios líquidos suficientes para satisfazer os compromissos mais exigíveis e manter o normal funcionamento da atividades. Quanto mais elevados forem os valores dos rácios em relação à unidade, maior será a capacidade para cumprir as responsabilidades mais exigíveis.

O Grupo Público apresenta rácios de liquidez elevados e superiores à unidade, significa que o Grupo Público tem capacidade para fazer face aos compromissos de curto prazo. Denota-se no entanto uma diminuição da Liquidez em relação ao ano de 2021.

Dimensão	Indicador	2022	2021
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios	-144,16%	-144,16%
	Taxa de margem Bruta	3102,24%	8976,93%
	Rentabilidade do património Líquido	-192,47%	-75,92%
	Rentabilidade operacional do ativo	-120,64%	34,62%

Estes indicadores medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade do Grupo Público para gerar rendimentos, são indicadores de eficiência com referência aos resultados operacionais. Valores negativos evidenciam um mau desempenho.

Dimensão	Indicador	2022	2021
Atividade	Grau de rotação do ativo	19,07%	23,94%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	100	77
	Prazo Médio de Recebimentos	189	235
	Prazo Médio de Pagamentos	118	103
	Prazo Médio de Pagamentos - Programa pagar a tempo e horas	123	109

Os indicadores de atividade constituem uma análise complementar da liquidez, permite perceber se as políticas de crédito concedidas a clientes e os prazos de pagamento existentes são adequados bem como verificar a eficácia na gestão dos inventários.

O rácio ou indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência com que a empresa está a gerar vendas.

Em relação ao Tempo Médio de Inventários, significa que o prazo médio da permanência de inventários em armazém, passou para de 77 para 100 dias.

Tendo em conta o nº de dias, podemos afirmar que o Grupo Público, continua a demorar mais tempo a receber do que a pagar. De notar também um aumento do nº médio de dias que demora a receber e a pagar. Existe uma relação direta entre o prazo de recebimento e os prazos de pagamento.

Dimensão	Indicador	2022	2021
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	64,24%	57,08%
	Solvabilidade	179,68%	132,98%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	145802,78	154561,02
	Endividamento	35,76%	42,92%

O Activo é financiado em cerca de 64,24% com recurso a capitais próprios, conforme indicado pelo rácio de Autonomia Financeira. Este rácio representa a percentagem dos ativos totais da entidade financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o rácio de autonomia financeira maior será a parte das aplicações da entidade a ser financiada pelo património líquido e menor a parte a ser financiada com recurso a financiamento externo.

O rácio de Solvabilidade representa a capacidade financeira da entidade para desenvolver as suas atividades. Como o grau de Solvabilidade é superior a 1 significa que o Património Líquido do Grupo Público é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O Grupo Público apresenta um grau de cobertura dos gastos financeiros bastante elevados e como tal significa que o Património Líquido é suficiente para cobrir todas as suas obrigações.

O rácio do endividamento avalia o grau de dependência financeira face a terceiros, quanto maior for o rácio maior é a vulnerabilidade face a terceiros. O rácio de endividamento apresenta um valor de 35,76% o que significa que apenas 36% do ativo está a ser financiado pelo passivo.

Também em termos dos indicadores de estrutura existe uma degradação dos respetivos indicadores.

De uma forma geral de 2021 para 2022, os indicadores analisados apresentam uma ligeira quebra.

Aprovação do Relatório e Contas Consolidadas

Submete-se o presente Relatório e Contas Consolidadas à aprovação do Conselho Diretivo, nos termos do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Após a sua aprovação, o mesmo deve ser submetido a apreciação e votação da Assembleia Intermunicipal, nos termos do nº 2, do artigo 76º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alterada pelo Artº 7-C da Lei nº 7/2020 de 7 de maio e posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos legais definidos para o efeito.

Lousada, em 19 de Junho de 2023.

Chefe Equipa Multidisciplinar
Administrativa e Financeira

(Maria de Fátima Fonseca)

O Secretário - Geral

(Luís Monteiro)

Órgão Executivo

Em 26 de Julho de 2023

Órgão Deliberativo

Em 26 de Julho de 2023
